

Epidemias no Brasil, covid-19 e uma “distopia neoliberal”

Entrevista com Sidney Chalhoub*

Concedida a

Gabriela dos Reis Sampaio** e Ricardo dos Santos Batista***

1) No livro *Cidade Febril*, ao estudar as epidemias que grassavam na Corte no século XIX, você mostra como as decisões sobre as medidas a serem tomadas no combate às doenças eram, muitas vezes, questões políticas mais do que decisões médicas, ainda que se tratasse de um governo militar de inspiração positivista, que valorizava a ciência. É possível estabelecer relações com a epidemia que vivenciamos neste começo do século XXI, em um contexto de negacionismo e mesmo uma postura anticência do governo?

CIDADE FEBRIL lida com duas conjunturas históricas diferentes. A primeira delas cobre a segunda metade do século XIX, em especial o período em que José Pereira Rego, o barão do Lavradio, foi protagonista quanto à formulação das políticas públicas na área da saúde (décadas de 1850 a 1880). É um período em que o Brasil, e em especial a cidade do Rio de Janeiro, foi assolado por epidemias de varíola, febre amarela e cólera, para mencionar apenas as mais visíveis. A Junta Central de Higiene Pública, subordinada ao ministério do Império, além de ser o órgão de referência para as comissões

* Professor titular colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de História da Harvard University, EUA.

** Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1942-9096>. E-mail: grsampaio@hotmail.com.

*** Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7959-5929>. E-mail: kadobatista@hotmail.com.

higiênicas das províncias, que lhe enviavam relatórios anuais e consultas avulsas, tinha sob a sua jurisdição a cidade do Rio de Janeiro e a província fluminense. Esse é um período anterior à microbiologia, em que a transmissão de doenças epidêmicas era entendida a partir do paradigma dos miasmas, partículas que ninguém sabia o que eram e como vinham a ser, acreditando-se apenas que emergiam espontaneamente em ambientes pantanosos, sujos, carregados de material orgânico em putrefação. Por um lado, a pregação dos higienistas pela limpeza dos ares, águas e lugares deixou um legado que consistiu na incorporação de assuntos como rede de esgotos, fornecimento de água potável e limpeza das ruas da cidade como agenda necessária da administração pública. Por outro lado, há uma distância enorme entre achar que doenças se originam em miasmas que se produzem em regiões alagadas e saber que águas paradas permitem a proliferação de mosquitos transmissores de malária, dengue, febre amarela etc. Logo a impressão geral era a de que as medidas sugeridas pela Junta Central de Higiene e às vezes implementadas pela administração não surtiam efeito visível no controle das epidemias.

A segunda conjuntura, décadas de 1890 e 1900, se caracteriza pela maior aproximação dos higienistas ao poder público, no sentido de adquirirem possibilidade mais real de ditar políticas da administração pública. Isso tem a ver com o processo de maior prestígio da ciência no país, em particular a partir da década de 1870, e se consolida com o estabelecimento do regime republicano por meio do golpe

militar de 1889. O regime republicano surge sob três signos que terão vida longa na história do país: o cientificismo de ranço positivista, autoritário, que se encastelava na administração central e governava em aliança com o mandonismo local; o racismo estrutural, profundo, que se articulava desde a década de 1870 e se materializaria na ideologia do embranquecimento – quer dizer, no projeto de genocídio “lento, gradual e seguro” da população negra do país; por fim, na tutela militar da política, responsável pela garantia armada da reprodução perene das desigualdades sociais e econômicas. Esses três aspectos tiveram, digamos, um momento ritual na presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), por meio da execução dos projetos de reforma urbana do Rio de Janeiro (Pereira Passos) e das campanhas de erradicação das epidemias de varíola, febre amarela e peste (Oswaldo Cruz). A revolta de 1904 é expressão da instabilidade e do vale-tudo da política tutelada por militares, sempre cortejados por setores civis para ver quem dava o golpe de Estado da vez. Ela é também a manifestação de outro momento da saúde pública, em que a microbiologia e o desvendamento da forma de transmissão de algumas doenças haviam aumentado dramaticamente a eficácia técnica de medidas específicas de combate a epidemias. As medidas implementadas para controlar a febre amarela, baseadas no conhecimento que então se havia adquirido sobre como ela se transmitia por picadas de mosquitos, impressionam pela precisão, detalhamento e eficácia. Impressionam também pela violência, pela ausência de

qualquer protocolo de convencimento da população, cujo papel era o de se submeter às medidas. Há um acúmulo de ressentimento em relação ao modo de essas políticas de saúde pública serem implementadas que irá explodir na revolta da vacina em novembro de 1904. A violência cotidiana da aplicação dessas medidas atingia em especial a população negra. A revolta começa com uma tentativa de golpe militar e com movimentos de estudantes e operários em escaramuças no centro da cidade, mas evolui para um confronto e repressão duríssima aos negros pobres na Saúde e adjacências. Cientificismo autoritário, militarismo, racismo, repressão violenta da dissidência dos pobres. Sem esquecer que a ideologia do embranquecimento era um projeto do capital, do capitalismo racista, interessado em manter o país aberto a novas levas de imigração europeia e a novos investimentos do capital internacional.

A comparação entre a conjuntura de 1904 e o momento atual é instrutiva, pois um momento nada tem a ver com o outro, cada um contendo as suas próprias complexidades. A resistência popular à vacina antivariólica em 1904 tinha a ver com muitas décadas de experiência com o procedimento, que permaneceu problemático ao longo de todo o século XIX. A vacina às vezes não pegava, custou-se a descobrir que a revacinação era necessária após dez anos, o modo de inoculação da linfa vacínica podia transmitir doenças diversas, como a sífilis. Além disso, interferir no curso de uma epidemia de varíola contrariava formas de entender a doença segundo religiões afrobrasileiras. Some-se

a isso uma penca de liberais e positivistas prontos a discursar sobre o desrespeito a suas liberdades individuais que a vacinação obrigatória representava. Enfim, as motivações eram diversas e nada tinham a ver com negacionismo científico, até porque o cientificismo como ideologia, em especial quanto às credenciais da medicina científica, simplesmente ainda não se havia enraizado na população. Não havia noção a respeito de que se justificaria uma postura negacionista.

A situação atual é totalmente outra. O negacionismo atual à ciência tem o seu primeiro capítulo na campanha sistemática da indústria do cigarro para desacreditar pesquisas, que começam a aparecer desde a década de 1950, ligando tabagismo a certos tipos de câncer. Hoje se sabe que houve uma campanha deliberada, corrupta, promovida por essas corporações multinacionais para financiar e promover “pesquisas” destinadas a causar confusão, plantar dúvidas e impedir o reconhecimento dos problemas causados pelo fumo. Esse comportamento da indústria do tabaco lançou uma matriz de atuação que foi replicada mais tarde no negacionismo das mudanças climáticas. De novo, o interesse de grandes corporações multinacionais é fundamental. A direita política norte-americana se organiza, ao menos desde a década de 1980, no governo Reagan, em torno do esforço para desregular a economia. Hoje em dia é claro o objetivo de evitar que o reconhecimento das mudanças climáticas globais resulte em controle dos empreendimentos capitalistas para defender a vida no planeta. Ou seja, há um contexto mais amplo do negacionismo científico, que aparece associado à ideologia

do Estado mínimo, da negação dos direitos dos trabalhadores, do conjunto de políticas econômicas que se costuma chamar de neoliberalismo.

Haveria muitas maneiras de chegar ao atual negacionismo quanto à vacinação. Um episódio interessante ocorreu quando das primeiras campanhas para vacinação contra a gripe no Brasil, na década de 1990, destinada a prover cobertura à população idosa. Houve muita resistência dos idosos a tomar a vacina, com relatos frequentes de alguns deles a dizer que a intenção do governo era matar os velhinhos. A explicação para isso estava no fato de que o mesmo governo que oferecia a vacina havia acabado de promover uma campanha dura em favor da mudança nas regras das aposentadorias, durante a qual a impressão que se tinha é que a população idosa era culpada pelo déficit público e tudo o mais de ruim que havia no país. A desconfiança parecia justificável, e assim uma campanha sem dúvida destinada ao bem-estar das pessoas idosas teve um começo atribulado.

O que torna a situação atual mais grave, tanto em relação a 1904 quanto em relação à década de 1990, é que o próprio governo central se tornou propagador do negacionismo científico. Não há relação alguma entre os revoltosos de 1904 e os energúmenos que entram em seus carros e vão buzinar na porta de hospitais hoje em dia, devidamente incentivados pela *famiglia* no poder e as milícias suas aliadas. O componente do interesse econômico é óbvio, pois o grande capital aposta na desregulação da economia, no Estado

mínimo, em tudo isso que permite a prática de um capitalismo predatório, corruptor, tipo fiesp, avenida paulista, boi bala bíblia. A única maneira de tocar esse projeto predatório é desacreditando a ciência, a academia, o conhecimento em geral, pois não há controvérsia científica alguma a respeito da necessidade de regular o capitalismo para lidar com as mudanças climáticas e salvar o planeta. Setores do capitalismo internacional entenderam isso faz tempo, sabem que para salvar o capitalismo será preciso salvar o planeta. No momento, porém, a banda podre e predatória do capitalismo está no poder nos EUA. Aqui, na Bruzundanga, talvez demore a se chegar à compreensão de que uma floresta em pé, hoje em dia, pode agregar mais valor econômico do que pastos sem fim. O mundo está mudando muito rápido.

Em suma, não há base alguma para o ceticismo quanto à vacinação. O que ocorreu no século XX, quanto à história das imunizações, abala até a crença dos céticos mais devotos, entre os quais me incluo. O controle de pragas como varíola, sarampo, poliomelite, febre amarela e tantas outras doenças é um bem inestimável, uma conquista da medicina para a humanidade inteira. Quem duvidar que passe um tempinho lendo estatísticas de morte por essas doenças em tempos passados. Declarações de descrédito quanto à vacinação, inclusive as que virão para a covid-19, são parte do contexto mais amplo da necessidade de contestar a ciência para avançar no intuito de desmontar o Estado, desregular a economia e retirar direitos dos trabalhadores.

2) Em uma entrevista recente, você se referiu à epidemia de coronavírus como uma “distopia neoliberal”, pois vai contra a globalização e circulação intensa de produtos e pessoas que vinha acontecendo no Brasil e em outras partes do mundo, com a defesa de Estado mínimo e das privatizações, já que força o isolamento de indivíduos e a parada da economia ao mesmo tempo em que revela a importância de um Estado forte. Você poderia explicar melhor essa noção?

ACHO QUE EPIDEMIAS IMPORTANTES acabam se tornando ao mesmo tempo uma crise de conhecimento e uma alegoria do tempo histórico. As epidemias de febre amarela no Brasil da segunda metade do século XIX são um bom exemplo das duas cousas. O paradigma miasmático a respeito da propagação de doenças convidava a uma reflexão ampla sobre as transformações históricas do período. A dificuldade de uma delimitação precisa da forma de transmissão da febre amarela justificou iniciativas para controlar as formas de moradia dos pobres e as maneiras de eles se inserirem na cidade (campanha contra os cortiços), propiciou a compreensão de que o poder público precisava atuar para garantir serviços básicos à população (por exemplo, organizar a coleta de lixo), exigiu do Estado o investimento na produção de conhecimento sobre a sociedade (recenseamentos, coleta de informações e elaboração de estatísticas diversas). O fracasso no controle da epidemia, a

cada ano, durante toda a segunda metade do século XIX, criava a necessidade de continuar a formular modos de intervenção, numa busca incessante e angustiante, pois a febre amarela também se fizera alegoria do processo de transformação do mundo do trabalho. A crise da escravidão e o pós-emancipação ocorreram paralelamente à formulação de ideologias raciais que respondiam ao racismo científico europeu do período, pródigo em garantir a inviabilidade de um país cujo povo era tão “híbrido”, sendo que a miscigenação ou o “cruzamento de raças” era quase sempre tido como conduzente à degeneração da população. A febre amarela passou a representar um obstáculo importante à imigração europeia em massa, que garantiria a continuidade da miscigenação num contexto demográfico modificado, ideia apoiada também no esforço intelectual de revisar a noção de que os híbridos do cruzamento de raças seriam sempre uma degenerescência das raças originais. É possível ver esse esforço com clareza acompanhando as publicações médicas do período, a começar pelos *Annaes Brasilienses de Medicina*, publicação da Academia Imperial de Medicina. Enfim, a febre amarela interpela o conhecimento médico do período, com consequências importantes sobre como enfrentar tal desafio de saúde pública, e ao mesmo tempo alegoriza as aflições de uma classe dominante diante da dificuldade de pensar o mundo sem escravidão – ou seja, da necessidade dela de justificar de outras maneiras a continuidade da desigualdade social e econômica brutal existente no país.

A pandemia de covid-19 pode ser pensada de modo semelhante. Ela é um desafio de conhecimento em vários níveis. A direita política que governa o Brasil e os EUA no momento se caracteriza por um terraplanismo epistemológico denso, que não se deve subestimar. Ela parte de uma sacação muito importante. A maior parte do conhecimento científico opera a partir do suposto de que a verdade das cousas não está naquilo que você vê, mas na explicação daquilo que estrutura a forma como as cousas se dão a ver aos observadores a partir de diversas perspectivas. Assim, por exemplo, ao andar na rua podemos achar que a terra é plana. Ao passarmos um dia inteiro observando o Sol, temos a impressão de que ele gira em torno da Terra. A verdade não é o que a gente pensa que vê. Nem é o que a gente lê. Por exemplo, Toni Morrison argumenta que não há nenhuma relação positiva direta entre o espaço que o racismo ocupa na superfície dos textos dos autores clássicos da literatura norte-americana do Oitocentos e a importância do racismo na fatura desses textos. A questão racial estrutura em larga medida a visada de autores que ao que parece estão pensando e escrevendo sobre outros assuntos. A grande sacação da direita internacional atual é perceber que havia condições objetivas de apostar na mentira. Quer dizer, se a verdade não é aquilo que a gente vê, então é possível inventar enunciados falsos e fazer com que eles passem por verdade. A condição de possibilidade dessa conduta é a disponibilidade de uma tecnologia de repetição infinita de mensagens que dificulta

demais a contenção e desmascaramento de falsidades. A circulação instantânea da mensagem e a tendência dessas tecnologias digitais de formar bolhas de assentimento tornam a mentira um procedimento viável. Uma ilustração magnífica desse procedimento de terraplanismo epistemológico é uma cena recente em que o presidente da Bruzundanga aparece segurando uma caixinha de cloroquina; ele diz assim, mais ou menos: “Pode tomar isso aí, pessoal. Não está provado que cura a covid-19. Mas também não está provado que não cura...”. A condição de possibilidade de inventar uma realidade alternativa é o pressuposto da piadinha do governante. Se não posso ter acesso à verdade, então é possível inventar uma a meu gosto. A era da reprodutibilidade digital descontrolada do discurso criou a possibilidade objetiva, material, do terraplanismo epistemológico de direita.

Mas há problemas quanto à aplicação do terraplanismo cognitivo à epidemia atual. A covid-19 é um desafio formidável porque ela é uma doença que se transmite sem que possamos ver o transmissor, a doença corre o mundo carregada por pessoas assintomáticas. Ela torna difícil a nossa epidemiologia senso comum do dia a dia: “O Joaquim estava espirrando e tossindo muito, peguei a gripe dele”. A covid-19 lembra a história triste da personagem chamada Maria Tifóide, uma empregada doméstica irlandesa, imigrante nos EUA no início do século XX, que transmitia a febre tifóide sem saber que a tinha. Depois de contaminar várias famílias inteiras, descobriu-se que ela transmitia a doença sem ter sintomas dela.

A mulher acabou isolada num sanatório, sem nunca ter entendido direito o que acontecia, segundo os relatos de época. Assim, o fato de o vírus da pandemia atual não se fazer sempre visível quanto à doença que causa pode parecer um convite ao negacionismo científico de direita. Eu não vejo a doença causada pelo vírus, então ele não está espalhado tanto assim, não existe na intensidade que dizem, logo não se justificam políticas de isolamento e demais supostos exageros. O problema é que, no caso da covid-19, a mentira não elimina o vírus, não contorna a verdade. O resultado é que Brasil e Estados Unidos, unidos no negacionismo, permanecem juntos também na necropolítica das centenas de milhares de mortes, muitas delas evitáveis fosse outra a atitude dos governantes.

A covid-19 é um desafio também para a ciência estabelecida. De fato, é ao mesmo tempo fascinante e aterrador ver a ciência em movimento, tateando, errando e acertando, recomeçando, tudo isso em tempo real, e sem que se possa ter certeza de quando haverá uma vacina confiável e/ou um tratamento eficaz para a doença. Não tenho ideia a respeito de como essa situação de “ciência em movimento”, ao vivo e a cores, afetará a percepção das pessoas a respeito do conhecimento e da negação dele pela extrema direita. Pode ser que tanta cobertura dos procedimentos de pesquisa esteja servindo para educar parte da população a respeito da dificuldade e da imprevisibilidade relativa da ciência. Pode ser que esse processo, caso resulte numa vacina e/ou num tratamento eficaz que

encaminhe um futuro menos tenso, sirva de forte antídoto à máquina de falsificações da direita. Todavia, tudo é muito arriscado, pois governos de machos eternamente púberes ameaçam precipitar a adoção de uma vacina, achando que o problema pode ser resolvido com voluntarismo. Ameaçam adotar uma solução científica – a vacina – sem a aderir à ciência necessária para produzi-la. Pode dar certo, pode virar tragédia. Ao mesmo tempo, a própria corrida para achar vacinas eficazes, envolvendo grandes corporações da indústria farmacêutica em aliança com centros de pesquisa e universidades, vira epítome das contradições profundas do momento histórico atual. A potência da ciência, exemplificada na intensa colaboração internacional que deu origem às pesquisas em busca da vacina, parece ameaçada pelas pressões políticas de governantes negacionistas e pela concorrência capitalista dos vários candidatos a oferecer o produto a bilhões de ávidos consumidores. No momento essa parece ser a área mais dinâmica da concorrência capitalista internacional. É a exceção que prova o sentido profundamente distópico da covid-19. Não só a circulação internacional de mercadorias e pessoas diminuiu ou cessou, como a ideologia do Estado mínimo está levando um baile da realidade. Há até o risco de que governos hostis a políticas sociais ajudem a normalizar programas assemelhados a propostas de renda mínima ou cidadã que aparecem em discussões da esquerda política há décadas.

Mas a covid-19 não é só alegoria, distopia neoliberal. Ela confirma, pela enésima vez, a frase de William Coleman,

um grande estudioso de epidemias oitocentistas: “A morte é uma doença social”. Uma crise epidêmica dessas dimensões expõe as desigualdades de acesso aos serviços de saúde, a dependência da sociedade em relação aos trabalhadores mal remunerados que fazem com que tudo que é básico continue a funcionar, o racismo estrutural multiseccular. Explicita também a irracionalidade e a futilidade do gerenciamento de empresas e das cidades, que desperdiçam tempo e recursos próprios e do planeta forçando a circulação diária de muita gente sem necessidade.

3) Em relação ao tema mais específico deste dossiê, sobre doenças e os mundos do trabalho, você poderia falar sobre a febre amarela no século XIX e sua relação com o racismo científico e as medidas adotadas pelos governantes e médicos ligados ao Estado em relação aos trabalhadores escravizados e imigrantes?

JÁ DISSE ALGO SOBRE ISSO na pergunta anterior. A febre amarela foi uma doença importante para a emergência das ideologias raciais do século XIX em todas as sociedades que emergiam da escravidão (Brasil, EUA, países caribenhos). A doença causava mortalidade elevada entre os brancos, em especial imigrantes recém-chegados ao país, logo sem imunidade adquirida prévia à doença, poupando em geral os negros, o que origina elucubrações a respeito das diferenças entre as raças e da existência

de hierarquia entre elas. Nos EUA, a morte de muitos imigrantes irlandeses pela praga amarela reforça a noção de que os negros e apenas eles estavam aptos a realizar trabalhos braçais sob o calor escorchante do sul do país. No Brasil, a alta mortalidade dos imigrantes devido à febre amarela se tornou um obstáculo à promoção da imigração europeia em grande escala. No momento estou terminando uma edição crítica do livro de José Pereira Rego, *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850* (Chão Editora, previsto para 2021). Sempre fui fascinado por esse livro, publicado originalmente em 1851, logo após a primeira grande epidemia de febre amarela no Brasil em 1850. As incertezas sobre a forma de transmissão da doença, o desconhecimento de um tratamento eficaz, a superlotação de enfermarias e hospitais, o caos nos enterramentos em igrejas e cemitérios, a luta dos profissionais de saúde – todos temas que nos inundam no momento atual – estão em *História e descrição*. Aproveitei para visitar o assunto e realizei uma pesquisa mais detalhada sobre a figura de José Pereira Rego e sobre a produção intelectual dos médicos ligados à Academia Imperial de Medicina, em especial quanto ao estudo dos seus *Annaes*, como já mencionei. Apesar de *Cidade febril* ter sido um livro bem recebido, continuando a circular bastante até hoje entre os colegas da área e o público em geral, houve à época algumas vozes céticas quanto ao meu argumento de que haveria um sentido racial no higienismo brasileiro do Oitocentos. No livro, de fato, o argumento é sustentado muito mais por

dedução, quer dizer, pelo procedimento da imaginação disciplinada pelas evidências e seus limites, pois afinal se tratava de comprovar uma ideologia racial que tinha no seu cerne o procedimento retórico de negar a sua própria existência. Racistas eram os norte-americanos. Agora, após o estudo mais cuidadoso das publicações dos *Annaes*, juntei muitos testemunhos, na forma de textos publicados e de debates entre os sócios da Academia Imperial de Medicina, que mostram a penetração profunda do racismo científico na instituição já desde o final da década de 1860.

4) Em diferentes momentos históricos, as sociedades evocam memórias sobre determinados eventos, com o intuito de auxiliar as pessoas a se situar frente aos desafios contemporâneos. Isso ocorre, atualmente, em relação à pandemia de coronavírus: os historiadores foram requisitados a apresentar explicações sobre como as pessoas lidaram com epidemias a exemplo do cólera, da febre amarela, da varíola e da gripe espanhola. O que você pensa sobre o papel desempenhado pelos historiadores no contexto atual? Quais os efeitos da proliferação de comunicações *online*, *lives*, *podcasts* e transmissões em redes sociais?

DEVO CONFESSAR, em primeiro lugar, que evito deliberadamente qualquer participação minha, individual, nas redes sociais. Não

estou no facebook, nem no twitter, nem no “tique-toque”, não uso uátisápi, sequer tenho telefone celular, numa atitude deliberada de evitar o risco de ser tragado por essas cousas. Tenho uma conta de instagram que abri a pedido do meu amigo Jean Wyllys, que me convidou para uma conversa ao vivo com ele e esse é o meio que ele usa. Nunca postei nada lá, nem sei se o farei algum dia. Acho a comunicação instantânea, no reflexo, algo profundamente autoritário, invasivo, não me submeto a ela de jeito nenhum. Meu ofício é ler e pesquisar devagar, pensar lentamente, escrever quase parando. Minhas fontes de informação sobre a atualidade são os órgãos da imprensa profissional. Assino vários jornais e revistas de países diferentes, me preocupo demais com a qualidade da informação que me chega. Todavia, isso não significa que estou alheio ao meio digital e que me recuse à comunicação. Pelo contrário. É apenas uma escolha estratégica, da minha avaliação daquilo que posso fazer melhor. Considero a situação política global uma questão emergencial que só se agravou com a pandemia. Nada justificaria o meu silêncio diante de governos irresponsáveis, criminosos, genocidas. O conhecimento histórico é essencial nesse momento e há uma obrigação moral de compartilhá-lo amplamente. Um aspecto interessante da pandemia e da quarentena é que estou muito mais próximo do Brasil, em certo sentido. Tenho dado palestras e entrevistas num ritmo muito mais acelerado do que costumava fazer, pois viajo por toda parte sem sair do lugar. Falo da história como conhecimento, da história das epidemias, de

escravidão e racismo, de literatura e história, da pandemia e da conjuntura política atual. A tirada normalmente atribuída a Mark Twain de que a história não se repete, mas que ela rima, nos alerta para a continuidade de estruturas sociais, econômicas e políticas de longa duração que ajudam a nos situar diante das calamidades contemporâneas. Às vezes penso que gostaria de saber menos sobre

a história do Brasil para ser mais otimista quanto ao futuro do país. Todavia, há um valor profundo, intrínseco, ao exercício de observar o mundo devagar, sem pressa de interpretar, mas sem fugir à obrigação da interpretação e da divulgação dela num momento de tanta violência e ameaça à própria humanidade. O conhecimento histórico é indispensável à imaginação política.

Recebida em 30/09/2020

Aprovada em 03/10/2020